



Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da RICO Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. elaboradas na forma das normas e instruções do Banco Central do Brasil, com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, referentes ao exercício social findo em 30/06/2016. Neste 1516, no Brasil, os mercados de ações, juros e dólar enfrentaram grande volatilidade decorrente principalmente da possibilidade de impeachment da presidente Dilma Rousseff, valorizando assim o Real ante o

dólar e valorizando ações de empresas brasileiras tendo como referência o Ibovespa, que chegou a apresentar a maior alta em um mês desde 2002, como ocorreu no último mês de março/16. No exterior, três fatores preponderantes trouxeram fortes oscilações aos mercados em geral como o referendo realizado no Reino Unido onde sua população votou pela saída do Estado da União Europeia, a expectativa pela elevação na taxa de juros nos EUA, o que não ocorre desde o final de 2015 e aos indicadores da economia da China, que seguiram

desacelerando. No Rico , obtivemos no período, em comparação ao mesmo período do ano anterior, um crescimento expressivo de receitas, da ordem de 44%, considerando receitas de serviços de R\$ 27.513 (R\$ 19.150 em 2015) e receitas de intermediação financeira de R\$ 17.856 (R\$ 12.330 em 2015). Este crescimento se deve em partes pelos investimentos em novos sistemas de negociação, como plataformas de negociações para clientes avançados e o desenvolvimento de um novo aplicativo para negociações por meio do celular, e

em partes pelo cenário econômico interno, substancialmente influenciado pelo impeachment. Contribuiu também para este crescimento a estratégia de diversificação adotada a partir de 2012, com participação relevante das receitas de produtos de Renda Fixa.

São Paulo, 25 de agosto de 2016.
A Administração - Ouvidoria: 0800-771-5454.

Balanças Patrimoniais Encerrados em (Valores em R\$ mil)			
	NE	30/06/2016	30/06/2015
Ativo Circulante		245.634	191.277
Disponibilidades	3.1	584	2.478
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		233.135	179.764
Aplicações no mercado aberto		233.135	64.764
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	115.000
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		2.390	537
Carteira própria		1.877	517
Vinculados à prestação de garantia		513	510
Operações de Crédito		1.113	2.973
Financiamento de títulos e valores mobiliários	3.e	1.113	2.973
Outros Créditos		7.301	4.407
Rendas a receber		89	804
Negociação e intermediação de valores	6	6.449	3.717
Diversos	7	921	95
(Provisão para outros créditos liquidação duvidosa)		(158)	(209)
Outros Valores e Bens		1.111	1.118
Despesas antecipadas	8	1.111	1.118
Não Circulante		14.933	8.369
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		8.360	2.962
Carteira própria		6.388	2.962
Vinculados à prestação de garantia		1.972	-
Outros Créditos		4.078	2.233
Diversos	7	4.078	2.233
Permanente		2.495	3.174
Investimentos	9.a	33	3
Outros investimentos		33	3
Imobilizado de Uso		1.115	7
Outras aplicações de uso (Depreciações acumuladas)	9.b	2.616	2.159
(1.501)		(1.428)	
Intangível		1.347	2.440
Ativos Intangíveis (Amortização acumulada)	9.b	2.242	3.111
(895)		(671)	
Total do Ativo		260.567	199.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo Circulante			
	NE	30/06/2016	30/06/2015
Passivo Circulante		231.730	178.495
Outras Obrigações		231.730	178.495
Sociais e estatutárias	10	2.425	580
Fiscais e previdenciárias	10	5.954	2.138
Negociação e intermediação de valores	6	211.849	169.565
Diversas	10	11.502	6.212
Não Circulante		4.246	2.312
Outras Obrigações		4.246	2.312
Diversas	10	4.246	2.312
Patrimônio Líquido		24.591	18.839
Capital:	11	24.575	24.875
De domiciliados no País		24.875	24.875
Ajustes de avaliação patrimonial (Prejuízos acumulados)		(6)	(7)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		260.567	199.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores em R\$ mil)				
Período de 01/01/16 a 30/06/2016				
EVENTOS	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos no início do Período em 01/01/16	24.875	(3)	(5.550)	19.322
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	9	-	9
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	5.260	5.260
Saldos no fim do Período em 30/06/2016	24.875	6	(290)	24.591
Mutações do Período:	-	9	5.260	5.269
Período de 01/01/15 a 30/06/2015				
EVENTOS	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos no início do Período em 01/01/15	24.875	-	(12.161)	12.714
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	7	-	7
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	6.118	6.118
Saldos no fim do Período em 30/06/2015	24.875	7	(6.043)	18.839
Mutações do Período:	-	7	6.118	6.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2016 e 2015 (Valores em R\$ mil)

1. Contexto operacional
A Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, autorizada a funcionar em 28 de fevereiro de 2011 pelo Banco Central do Brasil, iniciou suas operações a partir de 17 de maio de 2011. Em 8 de junho de 2011 foi habilitada pela BM&FBOVESPA como corretora com acesso pleno ao segmento Bovespa, corretora de mercadorias com direito de negociação irretirado do segmento BM&F Agente de Custódia Pleno. Em 22 de junho de 2011 teve anuência para transferência de 12.000 clientes oriundos da Link CCTVM. A Sociedade tem como objetivo social operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores; subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência; encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; exercer função de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; praticar operações de conta margem; realizar operações compromissadas; prestar serviços de intermediação e de assessoria, ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM. Em julho de 2014, a RICO CTVM S.A. e a CGO Investimentos CVC S.A. anunciaram a fusão de suas atividades no varejo. A aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil resultará na entrada do Grupo CGD na sociedade, o qual detêr 51% das ações da RICO CTVM S.A. Em Setembro de 2014 a partir de um acordo operacional realizado entre as duas empresas e homologado pelo Banco Central do Brasil em 16 de junho de 2014, ocorreu a migração de 64 mil clientes para a plataforma da RICO CTVM S.A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração e foram elaboradas a partir de práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: Resolução CMN nº 4.144/12 - CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa; Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações; Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Eventos subsequentes; Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2016. Resolução CMN nº 4.144/12 (R1) - Emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitam com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Resolução CMN nº 4.455 - Dispõe sobre procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento dos efeitos das variações cambiais na conversão de demonstrações financeiras de dependência e de entidade coligada ou controlada no exterior e a operações de hedge de variação cambial de dependências ou de investimentos em coligada ou controlada no exterior. Os procedimentos contábeis estabelecidos por esta resolução devem ser aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017. Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A Administração da Corretora concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos. Estas informações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Corretora em 25 de agosto de 2016.

3. Principais práticas contábeis
a. Apuração de resultado: O regime de apuração do resultado é o de competência. **b. Estimativas contábeis:** Na preparação das demonstrações foram utilizadas estimativas contábeis que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente. **c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** Representadas por operações compromissadas, remuneradas a taxas pré fixadas, lastreadas em títulos públicos. Demonstadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos decorridos, calculados em base pro rata dia. **d. Títulos e valores mobiliários e derivativos:** Os títulos e valores mobiliários são classificados nas categorias de acordo com a intenção da Administração: em negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os títulos classificados na categoria "para negociação" são apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado, os classificados na categoria "disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e os classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos contratados. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita de títulos e obrigações legais, fiscais e previdenciárias. O reconhecimento de receita econômica dos bens segundo parâmetros e taxas estabelecidas pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para "Sistema de Processamento de Dados" e de 10% a.a. para as demais contas. **e. Intangível** - São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada e segundo parâmetros e taxas estabelecidas pela legislação tributária à taxa de 20% a.a. **f. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. **g. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento e mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas ou obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. **h. Ativos contingentes**

- não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que comprovem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **i. Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **j. Os passivos contingentes** classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. **k. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. **l. Os depósitos judiciais** são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **k. Provisão para imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. A provisão para contribuição social estava sendo calculada até 31 de agosto de 2015 à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/2015, que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das Instituições Financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, convertida pela Lei 13.169 de 6 de outubro de 2015. **l. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto; e, aplicações de renda fixa, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

	30/06/2016	30/06/2015
Disponibilidades	584	2.478
Caixa	-	5
Depósitos Bancários	577	2.473
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	233.135	179.764
Notas do Tesouro Nacional	143.135	-
Letras do Tesouro Nacional	90.000	64.764
Depósitos Interfinanceiros	-	115.000
Total Caixa e Equivalente de Caixa	233.719	182.242

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são consideradas de curto prazo (igual ou inferior a 90 dias), com alta liquidez e com risco de mudança de valor insignificante. Abaixo a composição:

	30/06/2016	30/06/2015
Aplicações em Operações Compromissadas *	233.135	64.764
Notas do Tesouro Nacional	143.135	-
Letras do Tesouro Nacional	90.000	4.764
Letras do Tesouro Nacional	-	60.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	115.000
certificados de Depósitos Interbancários	-	115.000
Total	233.135	179.764

* As operações compromissadas possuem vencimento em 01 de julho de 2016.

	30/06/2016	De 3 meses	Acima de 3 meses		
Carteira Própria	Até 3 meses	1 ano	1 ano Mercado	Custo	
Letras Financeiras do Tesouro	-	126	6.343	6.469	6.463
Letras do Tesouro Nacional	-	102	-	102	102
Notas do Tesouro Nacional	-	-	35	35	32
Certificado de Depósito Bancário	20	-	-	20	20
Debêntures	3	33	-	33	33
Letras de Crédito do Agronegócio	3	-	-	3	3
Letras de Crédito Imobiliário	93	1.500	10	1.603	1.603
Subtotal	116	1.761	6.388	8.265	8.256

	30/06/2016	De 3 meses	Acima de 3 meses		
Vinculados à prestação de Garantia	Até 3 meses	1 ano	1 ano Mercado	Custo	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.972	1.972	1.970
Letras do Tesouro Nacional	-	-	2	2	2
Certificado de Depósito Bancário	-	511	-	511	510
Subtotal	-	513	1.972	2.485	2.482
Total	116	2.274	8.360	10.750	10.738

	30/06/2015	De 3 meses	Acima de 3 meses		
Carteira Própria	Até 3 meses	1 ano	1 ano Mercado	Custo	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.839	2.839	2.828
Letras do Tesouro Nacional	-	-	91	91	91
Notas do Tesouro Nacional	-	-	32	32	31
Letras de Crédito do Agronegócio	-	27	-	27	27
Subtotal	-	27	2.962	2.989	2.977

	30/06/2015	De 3 meses	Acima de 3 meses		
Garantias	Até 3 meses	1 ano	1 ano Mercado	Custo	
Certificado de Depósito Bancário	-	510	-	510	510
Total	-	537	2.962	3.499	3.487

Em 30 de junho de 2016, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 12 (R\$ 12 em 2015), os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 6 (R\$ 5 em 2015). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC; e, o CDB está vinculado à garantia de operações em Bolsa. **h. Instrumentos financeiros derivativos:** Nos semestres encerrados em 30 de junho de 2016 e 2015, não havia operações em instrumentos financeiros derivativos.

6. Outros créditos e outras obrigações - Negociação e intermediação de valores

Ativo circulante

	30/06/2016	30/06/2015
Outros créditos:		
Negociação e intermediação de valores	6.449	3.717
Devedores conta liquidações pendentes (a)	6.194	3.250
Operações com ativos financeiros e mercadorias	71	258
Outros créditos por negociação e valores	158	209
Bolsa - Depósito em garantia	26	-
Passivo circulante	30/06/2016	30/06/2015
Outras obrigações:		
Negociação e intermediação de valores	211.849	169.565
Cretores conta liquidação pendente (a)	209.958	163.989
Caixa de registro e liquidação	1.820	5.574
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	-	2
Comissões e corretagens a pagar	71	-

(a) Refere-se a diferencial a liquidar com clientes e instituições do mercado pelas operações realizadas nos últimos pregões na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, cuja liquidação ocorre em até três dias úteis.

Demonstração dos Resultados

(Valores em R\$ mil, exceto lucro por ação)

	NE	1º-SEM-16	1º-SEM-15
Receitas de Intermediação Financeira		17.856	12.330
Operações de crédito	12.a	463	598
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12.b	17.393	11.733
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1)
Despesas da Intermediação Financeira		(89)	(174)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(89)	(174)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		17.767	12.156
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(2.484)	(2.762)
Receitas de prestação de serviços	12.c	27.513	19.150
Despesas de pessoal	12.d	(11.668)	(6.276)
Outras despesas administrativas	12.e	(16.666)	(13.181)
Despesas tributárias	12.f	(3.666)	(2.451)
Outras receitas operacionais	12.g	2.592	380
Outras despesas operacionais	12.h	(589)	(384)
Resultado Operacional		15.283	9.394
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		15.283	9.394
Imposto de Renda e Contribuição Social		(6.180)	(2.696)
Provisão para imposto de renda	13	(3.426)	(1.678)
Provisão para contribuição Social	-	(2.754)	(1.018)
Participações Estatutárias no Lucro		(3.843)	(580)
Lucro Líquido do Semestre		5.260	6.118
Nº de ações:		45.272.543	45.272.543
Lucro líquido por ação R\$		0,12	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em R\$ mil)

	1º-SEM-16	1º-SEM-15
Resultado do Período	5.260	6.118
Resultado Abrangente	9	7
Ajustes que poderão ser reclassificados a resultado	9	7
Ajustes de avaliação patrimonial	9	7
Resultado Abrangente Total	5.269	6.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. Outros créditos diversos

	30/06/2016	30/06/2015
Curto Prazo	921	95
Adiantamentos e antecipações	891	82
Impostos a compensar	20	12
Devedores diversos - País	10	1
Longo Prazo	4.078	2.233
Devedores por depósitos em garantia (vide NE 16)	4.078	2.233

8. Outros valores e bens